

162

*Anais do Parlamento Brasileiro* [APB (1827)], em 26 de julho; CEDI - D312/1A - Projeto de lei da Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes.

163

*Anais do Parlamento Brasileiro* [APB (1829)], em 04 de agosto.

164

*Arquivo Público do Estado do Pará* [APEP], Caixa 34, doc. 35. GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do Rio Amazonas e a formação do Estado Brasileiro (1838-67)*. 2008. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.317-325.

165

*Anais do Parlamento Brasileiro* [APB (1829)], em 4 de agosto.

166

*Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* [IHGB], PER 32.14, O Publicador Amazoniense. Edição de 7 de fevereiro de 1833.

167

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil*. Tradução de Moacir Vasconcellos. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp, 1980. p.17.

inicial de Seixas e tendo a navegação como um assunto quase periférico, foi aprovada e mandada para o Senado.<sup>162</sup> Ficava frustrada a pretensão de Seixas de alavancar uma intervenção do governo central na região por Companhias Privilegiadas, bem aos moldes de Pombal, figura que declarou no Parlamento ter sido o único governante que tinha percebido e tentado explorar o potencial do Pará.<sup>163</sup> Certo ou não na sua avaliação, fato é que nas décadas de 1830 e 1860 os presidentes do Pará e de Goiás trocavam cartas para tentar viabilizar uma ligação mais eficiente entre as duas províncias pelos rios, demonstrando que pouco mudara com as medidas tomadas pelo Parlamento.<sup>164</sup>

### **O Pará continua longe da Corte: um balanço final**

A frustração dos representantes do Grão-Pará por não conseguirem aprovar nenhum dos seus projetos mais relevantes que beneficiavam a província foi sintetizado por Seixas no final da primeira legislatura: para ele, a administração do Império não tinha mudado em nada a sua postura em relação ao Pará e o Maranhão que continuavam a ser lembrados apenas quando era necessário despachar degredados, como se a região fosse "um presídio da Costa da África, destinado para depósito de ladrões e assassinos".<sup>165</sup> Batista Campos, opositor de Seixas no Pará, em 1833 queixava-se de que medidas úteis à província, indicadas pelo Conselho Geral, morriam no Parlamento, defendendo que só as reformas "no sentido federal", o que significava menor dependência do Rio, podiam modificar o quadro.<sup>166</sup>

Apesar de ter sido claramente a grande prioridade dos representantes eleitos pelo Grão-Pará, pouco mudou nos fluxos dos homens e das mercadorias da província com o restante do Império. Prevaleceu no Parlamento a rejeição a benefícios pontuais para as províncias e a priorização do estabelecimento de políticas gerais que, ao fim, não se mostraram capazes de induzir iniciativas para integrar o extremo-norte ao centro do Império. Treze anos após o início da primeira legislatura, Daniel Kidder descrevia um quadro inalterado: continuava não existindo comunicação regular entre o Pará e o Rio de Janeiro, sabendo-se na Corte dos acontecimentos em território paraense através de navios vindos da Inglaterra ou dos Estados Unidos.<sup>167</sup> Resta saber se o diagnóstico de Seixas, citado acima, estava correto: ou seja, se a falta de comunicações rápidas entre as partes e o centro do Império esteve diretamente ligada a futuras instabilidades políticas e contestações à unidade.

# O Império do Brasil nos traços do humor: política e imprensa ilustrada em Pelotas no século XIX

The Brazilian Empire in Humor  
Drawings: Politics and Illustrated  
press in Pelotas, XIX<sup>th</sup> Century

---

## **Aristeu Elisandro Machado**

### **Lopes**

Professor substituto do curso de História na Universidade Federal do Rio Grande (ICHI/FURG – Rio Grande/Brasil), doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)  
e-mail: aristoriaufrgs@yahoo.com.br

## **Resumo**

O jornalismo foi uma das atividades culturais que mais se desenvolveram em Pelotas, no extremo sul do Brasil, no século XIX. Os desdobramentos da política nacional não passavam despercebidos pelos caricaturistas dos periódicos ilustrados, os quais destinavam a ela uma parte considerável de suas ilustrações. Analisar como o cenário político imperial foi abordado nesses jornais é o objetivo deste artigo. A análise contemplará, num primeiro momento, as imagens que trataram, com humor, o Imperador Dom Pedro II e a Princesa Isabel. Na sequência pretende-se averiguar como alguns representantes da política nacional, os presidentes do Conselho de Ministros, foram abordados nos periódicos.

## **Abstract**

Journalism was one of the most developed cultural activities in Pelotas, Southern Brazil, in the XIXth Century. The facts of national politics did not go unnoticed by the cartoonists of the illustrated periodicals, who dedicated to it a great deal of their art. The purpose of this article is to analyze how the Empire's political context was configured in the periodicals. This study will approach in the first moment the pictures addressing humorously Dom Pedro II and Princess Isabel. Later on, we will see how some representatives of national politics, Ministry Council Presidents, were approached in these periodicals.

---

## **Palavras-chave**

Império do Brasil, imprensa, política / administração

## **Keywords**

Brazilian Empire, press, politics / administration

## Considerações iniciais

As atividades jornalísticas no Brasil foram iniciadas após a chegada da família imperial portuguesa, em 1808. Até esta data, a produção de impressos no Brasil colonial, era proibida. Com a transferência da Corte, logo foi fundada a Imprensa Régia, possibilitando a impressão de vários periódicos<sup>1</sup>. Concomitantemente, Hipólito José da Costa, em 1808, lançava em Londres o *Correio Braziliense*, abordando de forma crítica os problemas brasileiros. O jornal atravessava o Oceano Atlântico e dessa forma fazia sua oposição ao governo na colônia. Na década de 1820 a produção de jornais se diversificou e saiu da alçada do governo, adquirindo uma atuação significativa nas atividades políticas que culminaram na Independência do Brasil e, posteriormente, na abdicação de Dom Pedro I.<sup>2</sup> A atividade jornalística surgida a partir deste instante da história política brasileira foi acompanhada por uma proliferação de jornais que, sendo na sua grande maioria oposicionistas, contribuíram para a construção de um espaço público no Brasil, tendo as questões políticas como o cerne que possibilitava o seu surgimento e guiava sua linha editorial. Nesse sentido, os anos 1820-22 assinalam um momento crucial, de emergência de uma opinião pública que passava "de um espaço público marcado pelas velhas formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes (como gazetas, bandos, exibição de cartazes nas ruas, entre outras) para um espaço público onde se consolidavam debates por meio da imprensa"<sup>3</sup>.

Já os primeiros periódicos ilustrados surgiram ainda nos anos 1830, porém todos com uma vida efêmera. O desenvolvimento da imprensa ilustrada somente ocorreu na década seguinte e esse ramo do jornalismo se firmou a partir dos anos 1860, sobretudo, nas últimas décadas do Brasil oitocentista. Manoel de Araújo Porto Alegre foi um dos primeiros empreendedores deste tipo de imprensa. O artista, discípulo do pintor francês Jean Baptiste Debret, passou uma temporada em Paris e lá teve contato com os periódicos de humor que alcançavam notoriedade com as ilustrações concebidas por Honoré Daumier. Ao retornar para o Brasil lançou, em 1844, no Rio de Janeiro, a *Lanterna Mágica*, redigida por ele e ilustrada por Rafael Mendes de Carvalho. Este periódico demonstra que havia uma difusão da técnica litográfica no Brasil marcada por um "momento de franca produção editorial de estampas e jornais, embora efêmeros"<sup>4</sup>, antes mesmo da efervescência dos jornais de ilustração que ocorreu nas décadas posteriores e tiveram uma circulação longa.

O Rio de Janeiro, centro político do Império do Brasil, angariou o maior número de periódicos ilustrados publicados, inaugurado em 1860 com o lançamento da *Semana Ilustrada* (1860-1876) do pintor Henrique Fleiuss, seguida por *O Mosquito* (1869-1877) que contou por um determinado tempo com a colaboração do caricaturista português Rafael Bordallo Pinheiro, *A Vida Fluminense* (1868-1875), *O Mequetrefe* (1875-1893) e a *Revista Ilustrada* (1876-1898) do caricaturista Angelo Agostini.

Estes periódicos surgidos na Corte exemplificam o sucesso alcançado por este tipo de jornal no Brasil Imperial. Contudo, essa atividade jornalística não ficou restrita ao Rio de Janeiro e se espalhou por outras províncias<sup>5</sup>. Jornais semelhantes aos fluminenses foram veiculados em outras cidades do Império, como em Pelotas, localizada na Província do Rio Grande do Sul. A cidade foi, no século XIX, uma das mais prósperas do Império. A atividade charqueadora desenvolvida pela mão de obra escrava possibilitou o desenvolvimento tanto econômico como cultural, o que permitiu aos charqueadores a construção de casarões de arquitetura requintada e um estilo de vida que tentava se aproximar dos moldes europeus.

1 MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

2 LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

3 MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.23-24.

4 SALGUEIRO, Heliana Angotti. *A comédia urbana: de Daumier a Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 2003.

5 A observação é válida também no que se refere à atividade da imprensa em geral e não somente ao segmento dos periódicos ilustrados. Entre os anos 1820 e 1840 surgem jornais variados em outras províncias do Império do Brasil. Um bom exemplo de estudo sobre jornais desse período foi reunido em: NEVES, Lucia Maria; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria. *História e Imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006. Ver, em especial, a Parte I, "Imprensa e identidades políticas", p.17-141.

A leitura foi outro elemento apreciado pela sociedade pelotense que, além das livrarias que traziam as novidades literárias, desenvolveu uma intensa atividade jornalística. Entre os jornais, havia os diários que quase sempre se identificavam com alguma sigla partidária e os semanários literários, ilustrados e de humor. Estes encontraram no público leitor, ávido por novidades, um campo fértil para se desenvolver.

A Pelotas oitocentista contabilizou uma variedade considerável de jornais e seu ápice foi nos anos 1880, com a circulação de sete jornais diários, alguns quase simultâneos: *Correio Mercantil* (1875-1932), *Diário de Pelotas* (1876-1889), *A Discussão* (1881-1887), *Onze de Junho* (1881-1889), *A Nação* (1882-1886), *Rio Grandense* (1885-1888) e *A Pátria* (1887-1891). Os dois periódicos que serão analisados nesse artigo se inserem nesse contexto histórico, marcado pela pujança econômica que possibilitou o desenvolvimento da imprensa. Os jornais ilustrados, da mesma forma que os jornais diários que circulavam paralelamente a eles, desempenhavam um papel importante na sociedade pelotense como veículos de comunicação, embora as notícias fossem dadas de uma forma peculiar. Inclusive, suas ilustrações e notícias estavam atualizadas não só com o que era publicado pelos jornais diários da cidade, como também se valiam de informações adquiridas a partir de outros jornais que chegavam às suas redações.

Os dois periódicos ilustrados e humorísticos que serão trabalhados nesse artigo são: *Cabron*<sup>6</sup>, publicado entre os anos de 1879 e 1881, e *A Ventarola*, que iniciou sua circulação em 1887, permanecendo até 1889. Foram compostos por oito páginas: quatro com ilustrações e quatro com textos, notícias, anúncios, literatura, e sua edição era semanal, lançada aos leitores sempre aos domingos. O primeiro foi uma iniciativa da parceria entre dois artistas imigrantes: o litógrafo francês Eduardo Chapon e o pintor português Eduardo de Araújo Guerra, que se instalaram em Pelotas nos anos 1870. Já o segundo foi novamente um empreendimento de Eduardo Chapon, pois mantinha uma oficina litográfica, a Litografia Parisiense e, além de produzir o periódico, desenvolvia vários trabalhos como retratos, cartões de visita e diplomas<sup>7</sup>. Os dois jornais contaram ao longo de suas circulações com um número variado de colaboradores, os quais publicavam artigos de opinião ou então sua produção literária. Entre eles, os poetas locais Francisco Lobo da Costa, Francisco de Paula Pires (redator de *A Ventarola* por alguns meses) e Bernardo Taveira Junior.

Os dois periódicos acompanharam a vida pelotense, abordando-a nas suas páginas de humor e de crítica social sobre os mais variados assuntos, sendo, um dos mais destacados, a política do tempo. O objetivo deste artigo é analisar como o Império do Brasil foi abordado nas páginas desses periódicos. Para desenvolver a proposta foram escolhidas algumas ilustrações e notícias referentes a essa temática, que recebeu uma atenção especial nas páginas dos periódicos. Do amplo conjunto de imagens foram selecionadas aquelas que tiveram por assunto o imperador Dom Pedro II, que recebeu destaque devido à sua terceira viagem internacional, e a Princesa Isabel que se tornou Princesa Regente. Na sequência serão abordados ainda outros representantes políticos de destaque no cenário nacional; os Presidentes do Conselho de Ministros, conhecidos também como Chefes de Gabinete. Esse era um cargo de prestígio, uma vez que o homem, ao assumi-lo, com a indicação do imperador, tinha o poder de organizar um ministério para governar o Império, o que denotava *status* para o partido no qual estava filiado.

O *Cabron* e *A Ventarola* não apresentavam uma plataforma política definida. A política era considerada como um assunto passível de suas críticas

6

O nome do jornal pelotense *Cabron* possivelmente derivou de um periódico anterior, *Cabrião*, publicado na Província de São Paulo entre 1866 e 1867 e que contou com a participação do caricaturista Angelo Agostini.

7

A propaganda de sua litografia no periódico foi constante a partir do primeiro exemplar do dia 1º de maio de 1887.

8

*Cabrion*, 03 de fevereiro de 1879. A grafia das citações dos periódicos foi atualizada.

e considerações satíricas. O primeiro, em seu editorial de apresentação ao público, já anunciava o desprezo à política, "a falsa política que amesquinha caracteres e degrada a opinião; o *Cabrion* será severo apreciador dos atos de todos os partidos e de seus pró-homens."<sup>8</sup>. Entretanto, em *A Ventarola* os acontecimentos da política nacional foram amplamente noticiados. No entanto, não se declarava partidária nem dos conservadores, nem dos liberais. Poderia aparecer algum elogio à organização de um novo ministério, enquanto a queda do antecessor era criticada. Contudo, o elogio durava pouco e logo se transformava em sátira. Posteriormente, o periódico demonstraria em suas páginas e ilustrações sua simpatia pela causa republicana sem se descuidar de sua função principal de abordar os temas com humor. Ambos os jornais, apesar de não manifestarem simpatias e posições políticas evidentes, mantiveram-se atualizados com o que acontecia no cenário da política nacional, ao divulgar para seus leitores suas versões satíricas do mundo político imperial. Esse é o tema dos próximos tópicos.

### **A terceira viagem internacional de Dom Pedro II**

O Imperador do Brasil foi uma das figuras que mais apareceram satirizadas nos jornais de humor. Araken Távora afirma que o próprio imperador "divertia-se muito" com as caricaturas que o satirizavam. Numa descrição, um tanto fictícia, o autor define a posição do Imperador em relação às suas caricaturas:

O grande Imperador, embora se irritasse momentaneamente, com alguma injustiça, teve a sensibilidade para perceber que as caricaturas jamais invadiram a intimidade de sua vida particular ou de sua família. E foi mais longe, ainda, na sua absoluta identificação com a alma popular. Ele sabia que o público se divertia com as caricaturas. De certo modo, até se enviaidia de ser o mote permanente para o talento dos artistas<sup>9</sup>.

9

TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976. p.13-14.

A autora Lilia Schwarcz destaca que o Imperador representado nas caricaturas, sobretudo a partir de meados dos anos 1870, era descrito como um "Pedro Banana" ou "Pedro caju". A sátira revelava a sua "personalidade e a capacidade de dissimulação, suas pernas finas, a voz estridente; suas viagens, sua mania de erudição, mas, sobretudo a sonolência e a formalidade vazia das Falas do Trono"<sup>10</sup>.

10

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.420.

Na imprensa ilustrada pelotense a produção de caricaturas de Dom Pedro II quase não apareceu. Ele não foi caricaturado com a mesma intensidade vista nos periódicos fluminenses, por exemplo. As referências sobre ele se resumiam a poucas ilustrações e notícias, que identificavam "decrepitude" e "caduquice" como sinônimos.<sup>11</sup> O motivo provável para justificar essa falta pode ser visto por uma ausência de referências cotidianas em relação à figura do imperador. Em outras palavras, os jornais de Pelotas se preocupavam mais em satirizar os políticos (deputados, senadores, presidentes da Província do Rio Grande do Sul) do que o Imperador, que estava distante das preocupações diárias da cidade e serviam de mote à produção das ilustrações. Ao contrário, a proximidade da imprensa fluminense com o imperador fazia com que ele fosse uma das figuras mais satirizadas. Apesar dessa posição, um acontecimento fez com que Dom Pedro II fosse abordado em Pelotas nas páginas de *A Ventarola*. Trata-se de sua terceira viagem internacional: "Lá se foi, mar afora, o Sr. Dom Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpétuo deste país do cacau e do café".<sup>12</sup>

11

*A Ventarola*, 26 de maio de 1889.

12

*A Ventarola*, 10 de julho de 1887.

13

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.429.

A terceira viagem foi rodeada "por um mar de controvérsias"<sup>13</sup>. Os jornais noticiavam os mais variados motivos para o afastamento.

Constatação semelhante foi averiguada no periódico pelotense, o qual destacava que as notícias chegadas pelo telégrafo eram descontraídas. Para "os entendidos S. M. há de recobrar a perdida saúde e voltar à Pátria são como um pêro (sic)". Para a Câmara, o imperador ia coagido "pois que não desejava deixar a terra das bananeiras onde canta o sabiá". Outros, por sua vez, asseguravam que ele estava "sofrendo de diabetes, precisava tomar certas águas européias." Por fim, apenas uma ocorrência era verdadeira: o poder estava sob o comando da "Sereníssima Princesa D. Isabel" a qual ficava com o dever de solucionar os problemas do Império, dos "escravos, da secularização dos cemitérios, do registro civil de casamentos e óbitos".<sup>14</sup>

14

A *Ventarola*, 10 de julho de 1887.

Na época, o telégrafo era o recurso mais rápido para transmitir notícias. Pelotas contava com o serviço e foi através das mensagens enviadas à redação que os jornalistas d'A *Ventarola* repassavam aos leitores as informações sobre os percursos e o andamento da viagem do imperador. Ao que tudo indica, as especulações sobre o verdadeiro motivo da viagem acabaram ao ser comprovado que a finalidade da partida fora por razões médicas.

Após os esclarecimentos, se iniciava uma nova série de contradições relativas ao estado de saúde do Imperador. O periódico lamentava a notícia vinda pelo telégrafo do "recrudescimento da enfermidade", julgando que se aproximava o fim dos "dias de vida do excelso monarca".<sup>15</sup> As notícias publicadas nos jornais da Corte e republicadas no periódico pelotense apresentavam controvérsias. Um afirmava que "a memória de D. Pedro continua a ser prodigiosa, o que para nós constitui notícias dignas de toda a satisfação" enquanto o outro relatava que "S. M. nunca mais poderá assumir as rédeas do governo de seu Império, está findo o segundo reinado." A última apreciação foi retirada da *Gazeta de Notícias*, que enviou um representante para acompanhar a viagem. Conforme o jornal, o repórter ouvira esta opinião "de uma sumidade científica, a qual foi submetida a moléstia de D. Pedro".<sup>16</sup>

15

Ibidem, 11 de setembro de 1887.

A doença do imperador intensificou os rumores de um terceiro reinado e gerou uma apreensão geral, já que o Conde D'Eu, marido da princesa Isabel, tornara-se uma figura bastante impopular. Os boatos não ficavam restritos somente à Corte, mas também chegavam a Pelotas, sendo especulados pelo periódico:

16

Ibidem, 18 de setembro de 1887.

Sobre a saúde física de S. M. Dom Pedro II, diz o telégrafo que é lisonjeira; quanto a [saúde] mental, diz o mesmo que não é boa, isto é, que agravam-se os antigos sofrimentos daquele respeitável monarca, o que sinceramente lamento.

Falou ainda o telégrafo em abdicação, fato este que, ao que se nota, não tardará a ser consumado.

Resta que S. A. I. procure por todos os meios, um meio de encetar o terceiro reinado de forma que se torne simpática à causa pública.

Urge que quem governa se identifique com as aspirações dos governados, para poder governar.<sup>17</sup>

17

Ibidem, 06 de novembro de 1887.

Por outro lado, apesar do dia da morte do Imperador estar próximo, como era destacado acima, o periódico noticiava que, desde sua saída do Rio de Janeiro, seu itinerário era bastante intenso "assistindo a espetáculos, a sessões científicas, visitando fábricas, museus, bibliotecas, igrejas, bosques, prados, laboratórios, etc. Para um corpo depauperado pela enfermidade, isto é simplesmente extraordinário."<sup>18</sup>

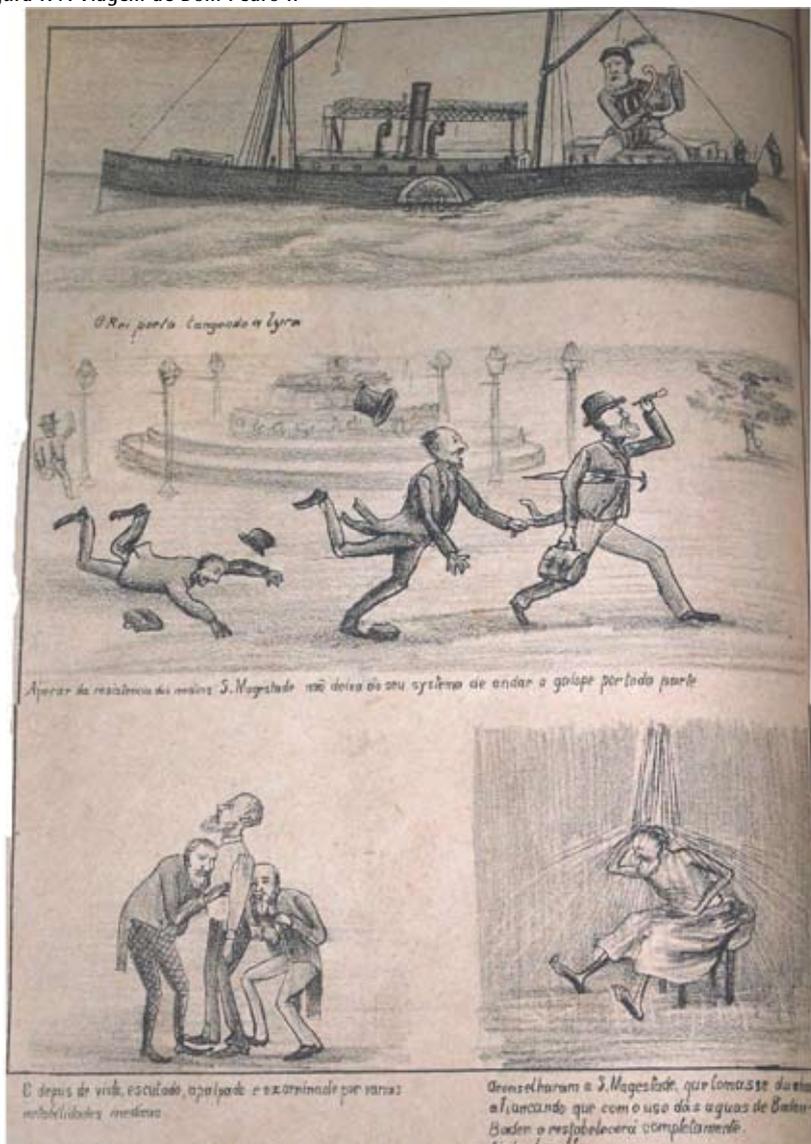
18

Ibidem, 11 de dezembro de 1887.

Nos trechos acima, não obstante o periódico tivesse tratado num primeiro momento da questão da saúde do imperador, a continuação do

artigo revelava o tom humorístico empregado ao noticiar o andamento da viagem, satirizando os prováveis passeios e visitas que sua majestade, mesmo doente, estava realizando pela Europa. A mesma nuança foi empregada nas ilustrações que trataram da partida do imperador, sua chegada à Europa e o seu tratamento. Esses assuntos foram abordados como numa história em quadrinhos e publicados no dia 11 de setembro de 1887. As imagens foram reproduzidas a partir de desenhos veiculados antes na *Revista Illustrada*.

Figura 1: A Viagem de Dom Pedro II



Legendas:

O rei poeta tangendo a lira

Apesar da resistência dos médicos S. M. não deixa do seu sistema de andar a galope por toda a parte.

E depois de visto, escutado, apalpado e examinado por várias notabilidades médicas...

Aconselharam a Sua Majestade que tomasse ducha afiançando que com o uso das águas de Baden-Baden o restabelecerá completamente. Ainda bem!!

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.23, p.8, 11 setembro 1887. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

A seqüência dessas imagens foi publicada na *Revista Illustrada* em 26 de agosto de 1887 e reproduzidas em *A Ventarola* em 11 de setembro de 1887. A reprodução em Pelotas poucos dias após a sua publicação no Rio de Janeiro demonstra que os caricaturistas de Pelotas estavam atualizados com os acontecimentos da Corte, além de serem leitores do periódico fluminense. A reprodução da ilustração pelo periódico em Pelotas evidencia ainda a intensa atividade do jornalismo ilustrado no Brasil no final dos anos 1880 o que possibilitava uma rápida distribuição dos jornais e uma animada troca entre os seus jornalistas e artistas.

Na série sobre o imperador, ele aparece no navio *Gironde*, que o levou para a Europa; apesar de aparecer sozinho na imagem, foi acompanhado por uma comitiva de aproximadamente 20 pessoas. A legenda confirma

o gosto do imperador por literatura e música: "O rei poeta tangendo a lira". O segundo quadro trata da vontade do imperador de visitar lugares: "apesar da resistência dos médicos S. M. não deixa do seu sistema de andar a galope por toda a parte". Já no último quadro é abordado, com humor, o verdadeiro motivo da viagem do imperador: "E depois de visto, escutado, apalpado e examinado por várias notabilidades médicas... Aconselharam a Sua Majestade que tomasse ducha afirmando que o uso das águas de Baden-Baden o restabelecerá completamente". A composição, além de satirizar a viagem, criticava a busca de erudição do imperador, como o interesse por línguas, astronomia e literatura, a qual, na opinião de muitos "não se adaptavam à política ou à vida cotidiana"<sup>19</sup>.

19

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.419.

A sátira do segundo quadro remete às várias visitas realizadas pelo imperador, que aportou em Portugal e depois seguiu para a França. Por recomendação dos médicos, tanto daquele que o assistia desde o Brasil como dos franceses, foi encaminhado à estação de cura de Baden-Baden, assunto abordado no terceiro quadro. Ali ficou por seis meses e depois fez um cruzeiro pela Riviera Italiana devendo, então, retornar ao Brasil.

Os jornais da época discutiam e apresentavam contradições sobre o retorno do imperador. Novamente *A Ventarola* noticiava informações diversificadas sem, no entanto, perder a oportunidade de satirizar:

Uns dão-no passeando em franca convalescença pela Europa, assistindo a concertos, a sessões científicas, visitando museus e fábricas importantes. Outros dão-no afetado de pleurisia e paralisia, outros ainda, anunciam melhoras na preciosa saúde de S. M. e dão-no de novo, em franca convalescença. Onde está, não me dirão, a verdade, em todo este labirinto de contradições?<sup>20</sup>

20

*A Ventarola*, 10 de junho de 1888.

Embora o periódico tenha abordado neste trecho as notícias contraditórias enviadas pelos repórteres que acompanhavam a viagem do imperador, a expressão "labirinto de contradições" fazia uma referência maior, ou seja, abordava a política brasileira daquele momento. Averiguando sua utilização é possível considerar que para a redação do periódico a situação política no Brasil estava tumultuada. Por um lado, os políticos se digladiavam defendendo posições opostas (por exemplo, se os proprietários de escravos deveriam receber indenização, caso a abolição fosse concretizada), e por outro a ambigüidade devido ao emaranhado de notícias diferentes enviadas da Europa, que não informavam aos brasileiros o verdadeiro estado da saúde de sua Majestade, propiciava uma atmosfera de instabilidade. Assim sendo, tanto os jornalistas d'*A Ventarola* como, ao que parece, os seus leitores, não conseguiam acompanhar o fio de Ariadne e acabavam se perdendo entre os sinistros muros do labirinto da política imperial.

Apesar das notícias desencontradas, e passados alguns meses, o imperador voltou. Nas *Notas semanais* o periódico publicou que o Sr. João Alfredo, presidente do Conselho de Ministros, declarou ter pedido a exoneração do cargo ao Sr. Dom Pedro II. Com esta notícia, o periódico concluiu que "S. A. a redentora" já não é mais quem comanda "as rédeas do governo" e que "a prevista abdicação não passou de uma balela". No final do artigo indagavam: "Ou S. M. veio curado dos diabetes e não faz mais sonetos, estando apto para assumir as rédeas do governo, ou continua a Pátria com uma tutoria anticonstitucional. Os tabaréus do império desejam saber em que param as modas: ou o governo de Pedro ou o de d'Eu".<sup>21</sup> No fragmento, o periódico deixava transparecer uma crítica à indiferença do imperador no trato com as questões políticas e do seu desinteresse pelo

21

*A Ventarola*, 02 de setembro de 1888.

22

A *Venturolo*, 10 de março de 1889.

23

DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel a "Redentora" dos escravos*. Bauru: Edusc/FAPESP, 2004. p.136. Já Lilia Schwarcz sustenta que o epíteto foi dado a Princesa Isabel por Joaquim Nabuco. Cf.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.438.

24

A princesa Isabel era vista como "beata, por seu excesso de dedicação ao catolicismo, era considerada uma reacionária ultramontana". Cf.: DAIBERT JUNIOR, Robert. Op.Cit., p.86-87. Ainda, segundo este autor, a associação teve seu auge na "questão religiosa" quando a princesa intercedeu a favor da anistia dos bispos, o que lhe gerou certa impopularidade.

25

Ao contrário da ilustração anterior esta não foi reproduzida de nenhum outro jornal; trata-se de uma produção original do caricaturista de *A Venturolo*. A observação vale igualmente para as demais ilustrações analisadas na seqüência do texto.

Legendas:

Fatigado de ouvir tamanha injustiça S. Exa. declara que é falso; que censurara S. A. quando ella andava descalça varrendo as igrejas....

Que receava, com fundamento, que S. A., como aquella Joana, se fanatizasse, ficando impossibilitada de ser a futura Imperatriz do Brasil.

Império, estando mais preocupado com a literatura do que com o seu governo. Destacavam ainda o perigo de um provável terceiro reinado, tendo como imperador o marido da princesa. A iminência da sucessão imperial se fazia muito presente no final daquela década e explorada pelo periódico, como se observa num outro artigo publicado em 1889. Neste, a preocupação ficou mais explícita, salientando que o "futuro Rei Orleans conhece o terreno em que pisa". Na opinião do periódico, a situação se agravava devido à falta de ideais por parte dos partidos monárquicos, os quais somente se interessavam em "subir ao poder, quando estão [por] baixo e manter-se no poder quando o pilham". O texto encerra concluindo que o "futuro que nos aguarda [terá as] calamidades e as baixezas com que nos acena o orleanismo!"<sup>22</sup> Essa posição crítica em relação a um possível terceiro reinado no Império do Brasil foi constante quando da passagem da princesa Isabel pelo trono.

### Princesa Isabel: regente, beata e redentora

A passagem da princesa Isabel pelo trono foi marcada pela promulgação da lei áurea em 1888. Após a abolição, houve uma tentativa de difundir uma imagem positiva da princesa através de suas qualidades de boa filha, boa esposa e boa mãe. Neste período foi-lhe atribuído, por José do Patrocínio, o epíteto de "Isabel, a redentora"<sup>23</sup>. Logo, *A Venturolo* passou a designá-la "A Redentora", embora numa conotação diferente, usando o predicado, em grande parte, para satirizá-la. Um dos motes preferidos deste periódico, para tratar da princesa, foi associá-la à Igreja, devido ao seu suposto fervor católico<sup>24</sup>.

As relações entre a Igreja e a princesa foram o tema de uma série de desenhos publicados nas páginas centrais do periódico na edição do dia 29 de julho de 1888.<sup>25</sup> Nas imagens, foi tratada a questão do terceiro reinado e uma declaração feita por Gaspar Silveira Martins: "andaram as más linguas espicaçando a reputação do Sr. Silveira Martins afirmando que S. Exa. chamara S. A. de Joana Louca". Conforme o periódico, Silveira Martins não tinha intenção de censurar a Princesa, embora ela andasse "descalça varrendo as Igrejas". Seu único medo era que, assim como aquela Joana, "S. A. se fanatizasse, ficando impossibilitada de ser a futura imperatriz do Brasil".

Figura II: Princesa Isabel varrendo igrejas



Fonte: *A Venturolo*, Pelotas, n.79, p.4, 29 julho de 1888. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense

Mesmo noticiando que a acusação era falsa, conforme declaração do próprio deputado, o periódico pelotense aproveitou a situação para satirizar o fervor católico da princesa. Provavelmente, nos desenhos, a declaração foi aumentada, uma vez que, na ótica do periódico cabia à princesa, como chefe soberana da nação, desempenhar funções importantes em benefício do progresso do país, e não varrer igrejas, por exemplo. Contudo, as imagens da princesa Isabel varrendo e rezando remetia o leitor a uma questão maior: a conservação da aliança entre o Estado e a Igreja fator que, na visão do periódico, contribuía para a manutenção do atraso brasileiro.

Outra ilustração apresentava o mesmo conteúdo crítico da anterior. Nesta, a figura de um indígena usado como representação do país conferência com a princesa. Ele está acompanhado por duas alegorias: uma, a "lavoura", e a outra, a "Indústria Nacional". Novamente, o tema da imagem foi o progresso, agora relacionado com a economia do país, representada pela lavoura e pela indústria. O índio interroga a princesa: "Desejo saber qual o destino que aguarda estas infelizes. Por minha parte estou velho, pobre e embeluzado (sic), isto é, quase falido".

Figura III: O índio, a lavoura e a indústria nacional



Legendas:

Senhora! Desejo saber qual o destino que aguarda estas infelizes. Por minha parte estou velho, pobre e embeluzado, isto é, quase falido.

A política tem [me] sugado todo o sangue. Sou bananeira que já deu fruta...

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.64, p.8, 17 de junho de 1888. Acervo: Acervo da Biblioteca Pública Pelotense

26

Henrique Fleiuss (1823-1882), imigrante prussiano, chegou ao Brasil e logo ao desembarcar no Rio de Janeiro fundou um estabelecimento tipográfico e publicou o primeiro periódico ilustrado, a *Semana Ilustrada* que teve vida longa e circulação permanente entre 1860 e 1876. Conforme: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Henrique Fleiuss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859-1882). *ArtCultura*, Uberlândia, v.8, nº12, p.85-95, jan-jun/2006.

27

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p.782.

A crítica à princesa era dirigida à sua relação com a Igreja. Na imagem, o periódico referendava que o seu governo estava mais preocupado com a religião do que com as tarefas importantes e urgentes do Império do Brasil, como a lavoura e a indústria.

O índio, utilizado na ilustração acima, foi uma alegoria simbólica muito usada entre os caricaturistas no século XIX, ao se referirem ao país ou ao Império. Angelo Agostini, por exemplo, já empregava essa analogia desde os seus tempos em São Paulo. Quase ao mesmo tempo, Henrique Fleiuss<sup>26</sup> também empregava uma figura indígena que, em alguns momentos, era uma índia chamada Dona Brasília<sup>27</sup>. A

28

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001. p.25.

imagem do indígena não foi escolhida por acaso, uma vez que, "no imaginário europeu, ele não era só 'puro' e 'inocente', como estava, fora da sociedade, não se *misturava* com ela"<sup>28</sup>. Assim, ele se tornou uma figura *inocente* usada na imprensa humorística para tratar, sobretudo, das questões políticas. Os periódicos pelotenses não diferiram dos seus contemporâneos, que o apresentava ora velho e alquebrado cercado de sanguessugas, ora acompanhado de pessoas e/ou alegorias, ou também conversando com o personagem símbolo do periódico sobre atividades políticas ou acontecimentos importantes. Ele foi ilustrado, seguidas vezes, ao lado de elementos da Igreja, quase sempre numa posição de subserviência, demonstrando os resultados trazidos pela união. Essa situação pode ser verificada nas *Notas semanais* do dia 27 de julho de 1888. Nelas, noticiavam que "uma das muitas cabeças fanatizadas, em Roma, por assuntos papais, lembrou-se de assentar a *peregrina* idéia de uma peregrinação de libertos a cidade *santa*, atendendo aos *grandes serviços* que Leão XIII deve o abolicionismo entre nós" (grifos do jornal). O periódico, por seu turno, não duvidava que a "esperança do cigano de Roma" fosse atendida, uma vez que "entre nós, infelizmente, quanto mais extravagante for a idéia posta em *circulação*, tanto maior é o número de adeptos que consegue. Cheirando a coisa Igreja, conte-se com o – amém – do índio velho." A realização da peregrinação seria bastante onerosa ao país, mas, estando numa posição de subserviência à Igreja, não deixaria de realizá-la. Não cabe verificar se o assunto abordado pelo periódico nas *Notas* era uma discussão verídica, se a peregrinação foi realmente proposta ou se de fato ocorreu, ou ainda se foi apenas uma especulação para satirizar a Igreja. Apesar disso, o que é conveniente verificar no texto é como o periódico utilizava os mais variados recursos para criticar a Igreja, demonstrando que a ligação entre ela e o governo era bastante dispendiosa ao "índio velho", ou seja, ao país.

### Os presidentes do Conselho de Ministros

Entre os grupos que constituíram a elite da política brasileira do século XIX, o mais importante foi aquele dos ministros. Eles eram "os agentes do poder executivo, cujo titular era o imperador, que tinha total liberdade em escolhê-los"<sup>29</sup>. Os ministros compunham um Gabinete que deveria desempenhar as funções administrativas do Império. Ao imperador cabia desempenhar o poder moderador, o que lhe dava plenos direitos para demitir o presidente do conselho e convocar outro para formar um novo gabinete. Ao longo dos 49 anos do reinado de Dom Pedro II, houve 48 gabinetes, com uma média de quase um por ano<sup>30</sup>. Desses, a imprensa ilustrada pelotense abordou tanto aqueles que caíram, como aqueles que, conseqüentemente, foram formados. Em ambos os casos, os percalços do antigo gabinete e a consolidação do novo foram tratados sob a ótica do humor sendo que, em grande parte das situações, a sátira e a crítica eram corriqueiras.

Seguindo na ordem em que foram representados, de acordo com a circulação dos periódicos, as primeiras notícias apareceram no periódico *Cabron* e trataram do Gabinete encabeçado pelo Conselheiro João Luiz Vieira Cansação de Sinimbu, político ligado ao Partido Liberal que pediu exoneração do cargo, sendo substituído por outro liberal, o político baiano José Antonio Saraiva em 1880<sup>31</sup>. Conforme o periódico, os demais colegas

29

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996. p.49.

30

IGLESIAS, Francisco. *História Política de Brasil (1500-1964)*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. p.199.

31

TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976. p.75.

da imprensa diária deram a notícia sobre o "formidável ponta-pé imperial" sem se certificarem sobre a veracidade do acontecido. A redação do *Cabron*, por seu turno, resolveu previamente levantar todos os detalhes através do telégrafo: "O nosso serviço telegráfico acha-se perfeitamente estabelecido. Dispomos de ótimos correspondentes que se encontram melhor informados do que os do *Correio*".<sup>32</sup> Provavelmente, a averiguação da veracidade da queda do ministério antes de noticiá-la, tratava-se de uma maneira humorística usada pelo periódico para abordar a situação, conforme se nota num outro artigo publicado no número seguinte. Neste, atestavam que, "Agora, já sem receios de passarmos por indiscretos, podemos elucidar os nossos leitores da parte que tomou o *Cabron* na última crise ministerial".<sup>33</sup>

32  
*Cabron*, 14 de março de 1880.

33  
Ibidem.

Apesar de reconhecer o posto humilde que ocupava na imprensa, o periódico relata que foi consultado pelo telégrafo sobre a crise. No conteúdo enviado de São Cristóvão, era-lhe pedido que indicasse sua posição sobre o Ministério Sinimbu, ao qual respondeu: "Ministério Chinfrim". No entanto, não revelou o conteúdo, "visto ser um segredo de Estado, o patriotismo exigia de nós esse sacrifício"; ainda, na seção intitulada "telegramas", destacavam que o Conselheiro Saraiva, escolhido para organizar o novo gabinete, havia enviado um telegrama da Bahia: "Preciso opinião ministério. Indique candidatos".<sup>34</sup> O chiste era evidente, já que possivelmente o periódico não foi consultado sobre a crise e nem a ele foi pedido sugestões pelo Conselheiro Saraiva. Assim sendo, tanto o telegrama enviado de São Cristóvão, bairro do Rio de Janeiro no qual se localiza a Quinta da Boa Vista, uma das residências de Dom Pedro II, como aquele emitido pelo novo Presidente do Conselho, eram criações usadas para satirizar a ocasião da mudança política.

34  
Ibidem.

Não obstante o nome de Saraiva ter sido escolhido pelo imperador no início de março, somente no final daquele mês ele chegou, vindo da Província da Bahia à Corte, e escolheu os demais ministros.<sup>35</sup> Sobre a demora do novo presidente, o *Cabron* indagava que: "quem sabe se apanhou com alguma indigestão de vatapá?" Em contrapartida, o atraso foi útil para o conselheiro Sinimbu que "mais tempo ficou ao leme da nau do Estado".<sup>36</sup> O navio ou nau desempenhava o papel do governo, geralmente representava o navio do Estado apresentando quem detinha o poder com o leme. Conforme Peter Burke, essa metáfora foi "tornada visível no cortejo fúnebre do Imperador Carlos V em 1558, quando um navio de tamanho real foi puxado pelas ruas de Bruxelas". Além disso, conforme o autor, essa situação teve uma adaptação "numa caricatura de março de 1890, feita por Sir John Tenniel (1820-1914) mostrando o Kaiser Wilhem demitindo seu chanceler Oto von Bismarck, com a legenda 'deixando cair o piloto'".<sup>37</sup>

35  
*Jornal do Comércio*, 30 de março de 1880.

36  
*Cabron*, 28 de março de 1880.

37  
BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. História e Imagem*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: Edusc, 2004. p.75.

Também naquele número e relacionado com a crise ministerial foram publicadas nas páginas 4 e 5, um quadro intitulado: "quinta e sexta feira santa (políticas)". O desenho era composto por dois personagens: a política liberal e o Conselheiro Sinimbu, apresentados numa releitura da *Pietà* de Michelangelo. A inscrição colocada na divisa junto à cruz fazia referência à data da criação do ministério formado pelo Conselheiro Sinimbu: 5 de Janeiro de 1878.

Figura IV: Gabinete 5 de janeiro



Legenda:

Quinta e sexta-feira santa (políticas).

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n.60, p.5, 28 de março de 1880. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense

38

*Cabron*, 25 de abril de 1880.

39

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1995. p.233.

40

*Cabron*, 02 de janeiro de 1880 (grifo do jornal).

41

TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976. p.96.

42

*A Ventarola*, 29 de maio de 1887.

43

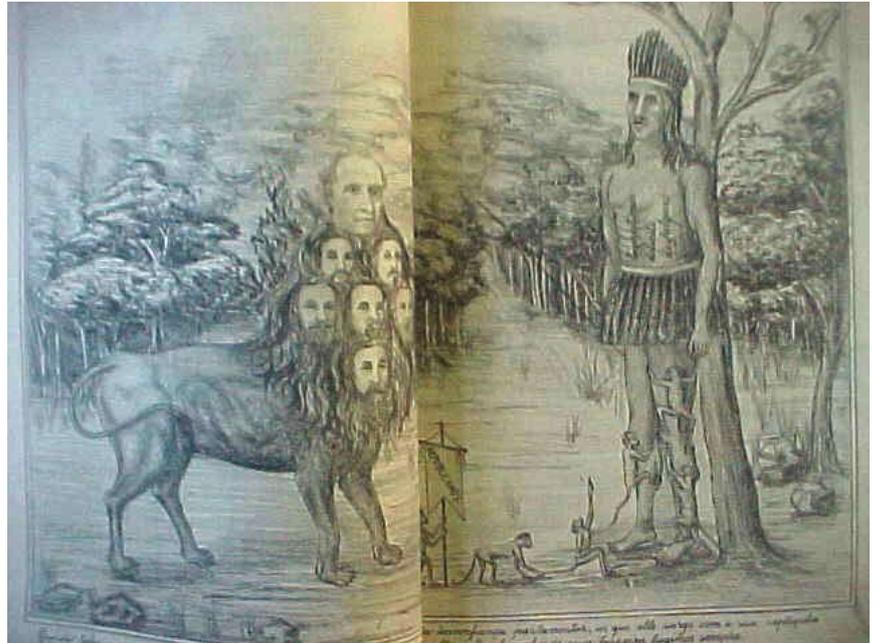
*A Ventarola*, 15 de maio de 1887

Sobre a gestão do novo Presidente, o periódico, num artigo intitulado "Que Xelindreira!" destacava que o Presidente Saraiva apresentava "um programa completo de reformas". O título do artigo se referia justamente ao programa, já que ele desejava "reformular tudo que é antigo, ou por outra, o que o Sr. Sinimbu deixou em projeto".<sup>38</sup> Entre as propostas apresentadas estava a reforma eleitoral que seria aprovada no início de 1881, com o nome de Lei Saraiva. Com a nova lei, foi estabelecido o voto direto para as eleições legislativas, acabando, assim, com as diferenças entre votantes e eleitores, embora fosse mantida a exigência de um nível mínimo de renda<sup>39</sup>. Ao tratar dessa questão, o periódico criticou as prováveis fraudes eleitorais, afirmando que até aqueles "próximos às portas da morte, precisando do padre para a última unção" também seriam considerados eleitores através da nova lei, mesmo estando impossibilitados de "depositar a competente chapinha de ferro, pois a de outro metal talvez não tape bem o rombo".<sup>40</sup>

Em *A Ventarola*, a situação crítica direcionada aos ministros não diferiu. Quando o periódico iniciou sua circulação, em 1887, era presidente do Conselho João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, político ligado ao Partido Conservador. Acusado de usurpar o trono, devido à viagem do imperador, ele foi satirizado pela imprensa ilustrada fluminense que o chamava Dom Cotegipe I<sup>41</sup>. Logo o apelido foi adotado também por *A Ventarola*. Conforme o periódico pelotense, Cotegipe estava tentando suceder o imperador "pela porta falsa da usurpação" assim sendo, a seguir a imprensa anunciaria ao mundo que "no trono do Império está D. Cotegipe representante da terra do vatapá e da mulatinha do carço!".<sup>42</sup>

Naquele mesmo ano, e um pouco antes da viagem do imperador, Cotegipe, que estava no cargo desde 1885, tentou reverter a crise pela qual sua gestão estava passando, com uma reforma ministerial. Ao noticiar a reorganização, o periódico destacava que "fez muito bem porque o outro já estava cheirando a ranço".<sup>43</sup> No mesmo número foi publicada uma caricatura que apresentava o índio acado a uma árvore por um leão com sete cabeças: "quando todos nós pensávamos que vovô Cotegipe tinha dado as costas nos mares esfacelados da desconfiança parlamentar, eis que surge com a sua séptupla cabeça transformado em leão".

Figura V: Vovô Cotegipe



Legenda:

Quando todos nós pensávamos que Vovô Cotegipe tinha dado às costas nos mares da desconfiança parlamentar, eis que ele surge com a sua séptupla cabeça transformado em leão. Ora, queira deus que não tenha entradas de leão e saúde daquele outro bichinho de cuja traseira fugimos sempre. Enquanto isso, aqueles macaquinhos vão fazendo cócegas ao pobre índio velho para distraí-lo das dentadas do leão.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n. 6, p.4-5, 15 de maio de 1887. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense

Após a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847 o imperador passou, então, a escolher apenas o presidente que, por seu turno, escolhia seus auxiliares, constituindo o Gabinete formado por sete membros<sup>44</sup>.

44

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996. p.49.

Na imagem a cabeça ao alto é a do presidente Cotegipe e as demais, dos outros ministros. Já os macaquinhos colocados "fazendo cócegas ao pobre índio velho" representam os republicanos, conforme o estandarte que um deles carrega. A legenda afirma que a função deles era distrair o índio "das dentadas do leão". No entanto, a mensagem que o periódico tentou passar se perdeu e chegou ao presente como uma incógnita. Em alguns casos, a sátira ou a informação chega ao leitor, na atualidade, sem ser possível identificar o que estava sendo tratado ou criticado no tempo em que foi produzida. Essa ilustração apresenta uma problemática difícil de ser interpretada: num primeiro momento, o conteúdo parece transmitir uma certa simpatia por parte dos republicanos à presidência de Cotegipe, mas isso certamente não ocorreu. Até o advento da República, o sistema partidário foi tripartite: de um lado, os partidos monárquicos e, de outro, o republicano<sup>45</sup>. Isso posto, seria incongruente que no ano de 1887, quando a campanha republicana estava em amplo desenvolvimento, os republicanos apoiassem o gabinete formado por políticos conservadores. Por outro lado, a imagem pode ser entendida da seguinte maneira: enquanto o governo de Cotegipe "mordiscava" o índio, os republicanos, aproveitando-se dessa situação, o distraíam (considerando o índio como uma representação da Monarquia) organizando a sua campanha. Assim sendo, o uso dos macaquinhos subindo no índio pode se referir justamente ao crescimento da propaganda republicana que, naquele período, estava bastante disseminada, não só na Corte, mas também em outras províncias.

45

Ibidem, p.185.

Todavia, mesmo após a reforma a insatisfação não diminuiu. Cotegipe enfrentou a oposição da imprensa fluminense, pedindo o retorno dos liberais ao poder. Em Pelotas, destacava o periódico, "o senhor Cotegipe desfruta da mais santa paz do senhor" assim referido, já que, ao contrário daquela do Rio de Janeiro, a imprensa rio-grandense não discutia a possibilidade de um novo ministério que acabasse "com essa interminável pandega do

46  
A *Ventrola*, 07 de agosto de 1887.

47  
A *Ventrola*, 13 de novembro de 1887.

48  
FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1995. p.218.

49  
TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976. p.96.

50  
A *Ventrola*, 12 de fevereiro de 1888.

51  
DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel a "Redentora" dos escravos*. Bauru: Edusc / FAPESP, 2004. p.129.

elemento servil".<sup>46</sup> Este foi outro tema, no qual o ministério sofreu uma forte resistência, sobretudo pelas atividades dos políticos abolicionistas, como Joaquim Nabuco. Ao tratar de um pronunciamento deste político em 1887, chamado de "proeminente chefe do abolicionismo no Império", destacavam ser uma pena que "não se multiplicaram os Zumbis", talvez, assim, seria dado fim à "vergonha que se chama escravidão". No entanto, o responsável "moral por semelhante anomalia" era o Barão de Cotegipe, acusado de ser "solicito em 'cumprir a lei'" no que se referia à questão dos escravos.<sup>47</sup>

Nos anos 1880 a campanha abolicionista, que havia arrefecido devido à lei do Ventre Livre promulgada na década anterior, foi retomada com ênfase, sobretudo com o surgimento de associações e jornais<sup>48</sup>. Mesmo Cotegipe tendo aprovado a Lei dos Sexagenários, como uma estratégia para reverter o quadro, a campanha contra a escravidão não diminuiu. A *Revista Ilustrada* caricaturava o presidente do Conselho com trajes reais e afiançava que ele era "D. Cotegipe I, Imperador inconstitucional e defensor perpétuo da escravidão"<sup>49</sup>. Já *A Ventrola* destacava que à campanha aderiram membros dos vários segmentos do poder nas câmaras municipais, nas assembleias provinciais e no Senado: "O tempo continuou na sua marcha ininterrupta e a idéia da Abolição – que havia sido plantada em bom terreno – retraiu-se por momentos para tomar, como a onda, maior e mais indomável impulso".<sup>50</sup>

Não obstante as críticas da imprensa e aquelas advindas dos abolicionistas, o Gabinete chefiado por Cotegipe era um empecilho às pretensões da princesa Isabel: "Os esforços de Isabel em aprovar qualquer medida antiescravagista esbarravam nas recusas do ministério chefiado pelo conservador Cotegipe"<sup>51</sup>. Um incidente no qual estava envolvido Coelho Bastos, chefe de polícia da Corte, que perseguia os abolicionistas, indignou a opinião pública fluminense e foi o pretexto necessário para indispor a princesa com Cotegipe, levando-o a pedir sua demissão do cargo. Numa série de desenhos humorísticos intitulado "últimos acontecimentos" o periódico ressaltava que "as coisas políticas e sociais" estavam em desordem, devido aos conflitos que envolviam a polícia. A isso, e reconhecendo a falta de prestígio, popularidade e apoio do exército, o governo "cruza os braços e, segundo consta, solicita ao poder moderador a sua demissão"

Figura VI: A demissão do Ministério



Legendas:

A opinião representada pelos capoeiras e mais capangas do governo ateu fogo dobrando de intensidade a ferocidade do incêndio.

O governo reconhecendo que lhe falta o prestígio, a popularidade e a adesão do exército, cruza os braços e, segundo consta, solicita do poder moderador a sua demissão.

Fonte: *A Ventrola*, Pelotas, n.49, p.5, 11 de março de 1888. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense

Nesta parte da série, o jornal representava as desordens ocorridas na corte, se destacando, ao fundo, a figura de Cotegipe observando tudo de longe e numa posição ativa. Já na imagem seguinte sua fisionomia foi modificada, sendo representado cabisbaixo, acompanhado por três de seus ministros, que sob a proteção de Cotegipe, espiam a entrega da demissão do Gabinete à princesa.

No último quadro o periódico destacava que, se o pedido fosse aceito, ficariam de parabéns os cativos que encontravam no presidente do conselho "uma barreira intransponível". Também, neste número, o jornal noticiava o fim do Gabinete Cotegipe: "Já não é deste mundo o ministério 20 de agosto. A *majestade* do Sr. Cotegipe foi lançada a vala comum pela opinião." Na seqüência, destacavam que estavam "de parabéns as classes que constituem a população do Brasil", e festejavam o novo presidente, João Alfredo Correia de Oliveira. O periódico ressaltava que o novo presidente, comparado a um timoneiro, deveria saber "como se dirige este barquinho, quando não tem naufrágio certo!" Provavelmente, essa observação do periódico estava relacionada à posição política do novo presidente já que ele, como seu anterior, era do Partido Conservador. Alguns dias após a queda e aproveitando a época das festas da Páscoa (mesmo recurso empregado pelo *Cabrion* na queda de Sinimbu), o periódico usou a metáfora do sábado de aleluia e o enforcamento do Judas para apresentar a "política decaída" representada pelos ex-ministros, tendo no centro da imagem o Barão de Cotegipe

Figura VII: A política decaída



Legenda:  
Política decaída

Fonte: A Ventarola, Pelotas, n.52, p.8, 01 de abril de 1888. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense

No jornal do dia 18 de março daquele ano era dada como finda a crise ministerial e anunciado o novo ministério formado sob a presidência de João Alfredo. Ao noticiar os novos ministros, o periódico destacava o nome de Antonio da Silva Prado, chamado para o ministério dos estrangeiros, como "o grande abolicionista paulistano e o verdadeiro homem da época". A atuação do conselheiro Antonio da Silva Prado, na Assembléia Provincial de São Paulo a favor da abolição havia sido noticiada pelo periódico alguns números antes da formação do novo Gabinete.<sup>52</sup>

52  
A Ventarola, 19 de fevereiro de 1888.

53

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996. p.204.

A abolição, que havia encontrado no ministério Cotegipe um forte opositor, seria finalmente promulgada alguns meses depois da organização do outro, chefiado por João Alfredo, o qual se empenhou para que ela ocorresse, mesmo sendo ele membro do Partido Conservador. José Murilo de Carvalho destaca que as principais leis de reforma social, relacionadas com a questão da escravidão (Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e, por fim, a Lei da Abolição) foram aprovadas com o apoio de Ministérios e Câmaras conservadoras: "Freqüentemente, os liberais reformistas propunham as reformas e os conservadores as implementavam"<sup>53</sup>. A *Ventarola* ressaltava essa situação num artigo publicado em 09 de outubro de 1887, no qual tratava de um conflito entre os órgãos políticos da cidade de Pelotas *Rio Grandense* e *Diário de Pelotas*. O primeiro jornal, filiado aos conservadores, atestava que os liberais não tinham feito "coisa que preste em bem do país", enquanto o segundo, ligado aos liberais, "chacoteia dos correligionários do *Rio Grandense*, chama-os poltrões". O periódico, por sua vez, afirma que é difícil convencer esses dois órgãos que "ambos os partidos têm serviços bem feitos ao país".

O Gabinete chefiado por João Alfredo acompanhou o final da Regência da Princesa Isabel, quando Dom Pedro II retornou ao Brasil e reassumiu o trono. A *Ventarola* veiculou algumas notícias sobre o provável fim do ministério, o que foi ao encontro dos cinco pedidos de exoneração do cargo feitos por João Alfredo. O imperador somente aceitou a solicitação em junho de 1889. Para assumir o seu lugar e compor o novo Gabinete foi chamado Afonso Celso, político ligado ao Partido Liberal.

Ao noticiar que ele seria o novo presidente do Conselho de Ministros, A *Ventarola* se apresentava "toda catita e até mesmo jubilosa, ao inaugurar-se a nova situação política". Embora o periódico tenha se mostrado simpático à campanha desenvolvida pelos republicanos, a nova situação era saudada por causa da entrada de um político liberal: "triste e abatida vivia ela ante o estado apático e desanimador a que o conservadorismo caduco tinha reduzido a Mãe-Pátria (sic)".<sup>54</sup> Os partidos do Império foram satirizados pelo periódico, cabendo ao Partido Conservador o maior número de críticas. As ilustrações e artigos demonstravam os males advindos da gestão de seus membros, como o emperro de Cotegipe à questão da abolição. O trecho seguinte denota essa oposição:

são verdadeiramente excepcionais as circunstâncias em que se vêem os partidos constituídos. Por um lado é o partido conservador desprestigiado e desacreditado mesmo, ante a sua inépcia e a inércia que revelou durante a sua última temporada no poder o que justifica à luz da evidência, refletindo sobre os atos do finado Cotegipe<sup>55</sup> ou do seu sucessor Sr. João Alfredo.<sup>56</sup>

54

A *Ventarola*, 16 de junho de 1889.

55

O Barão de Cotegipe realmente havia falecido em março de 1889. O periódico destacava no necrológico que o barão foi "o maior e o mais poderoso representante das idéias atrasadas; foi o mais pertinaz inimigo da liberdade. Como homem público só se tornou notável por querer conservar-se na *junta do coice*, justamente na época do vapor e da eletricidade" (A *Ventarola*, 03/03/1889). (grifo do jornal)

56

A *Ventarola*, 09 de junho de 1889.

Apesar disso, é possível avaliar que as críticas mais contundentes destinadas aos conservadores se deram motivadas por eles estarem no poder no momento da veiculação do periódico. Afonso Celso foi o primeiro ministro liberal chamado para convocar um Gabinete que seria acompanhado pelo periódico, fundado num período marcado pela hegemonia dos conservadores que estavam no poder desde 1885. A atuação dos liberais foi breve, sendo interrompida com o Proclamação da República em novembro de 1889; o advento republicano foi festejado pelo jornal pelotense que, antes de encerrar sua edição em dezembro daquele ano, veiculou inúmeras ilustrações homenageando os chefes do novo

governo. *A Ventarola*, nos últimos meses de sua circulação, publicou uma série de contratempos enfrentados para manter a distribuição. Num primeiro momento, seu proprietário Eduardo Chapon manteve por vários números uma nota solicitando aos assinantes em atraso o pagamento das suas dívidas. Posteriormente, o periódico perdeu seu redator, o poeta e jornalista Francisco de Paula Pires, que trabalhava havia alguns meses no periódico. Por fim, sofreu um desfalque: "O indivíduo de nome Alexandre Sampaio da Costa, a quem eu na melhor boa fé havia confiado a cobrança do meu jornal *A Ventarola*, acaba de apossar-se de bem regular quantia de assinaturas".<sup>57</sup> Todos esses problemas levaram Eduardo Chapon a interromper a circulação do seu periódico, encerrando também o circuito dos periódicos ilustrados em Pelotas, os quais somente retornariam, reformulados e adequados ao seu tempo, nas primeiras décadas do século XX.

### Considerações Finais

Os dois jornais analisados no artigo – *Cabrion* e *A Ventarola* – exemplificam o desenvolvimento das atividades jornalísticas desenvolvidas em Pelotas que, apesar de estar localizada no sul do Império, se mantinha informada sobre os desdobramentos políticos que ocorriam na Corte. A vida política imperial foi um dos assuntos constantemente abordados, tanto em notícias como em ilustrações sem, contudo, se descuidarem da sua função primordial, que era provocar o riso do seu leitor através de uma apresentação humorística do assunto tratado. Dom Pedro II quase não apareceu nas ilustrações e a princesa Isabel surgiu em *A Ventarola* quando se destacou no cenário político ao assumir o trono como regente.

O periódico não poupou suas críticas ao salientar o suposto tom católico fervoroso da princesa; aproveitando a situação, exemplificava que a associação do governo com a religião representava o atraso do Brasil. As ilustrações e artigos que se reportaram aos presidentes dos conselhos, em ambos os jornais, demonstram que eles informavam o leitor sobre a situação instável e conflituosa da política brasileira, ocasionada pelas constantes crises ministeriais que levavam à queda e conseqüente nomeação de um novo presidente e a intercalação dos partidos monárquicos no poder.

Ao longo deste artigo foi analisada apenas uma parte do amplo material veiculado nesses jornais que trataram dos mais variados temas do Brasil Império nos anos 1880. Uma das temáticas que mais se destacaram nos periódicos foi aquela relacionada com a política, que pode ser analisada com outras fontes além das ditas "oficiais" ou "tradicionais". Assim sendo, os jornais do século XIX, como os ilustrados e humorísticos de Pelotas, são fontes valiosas e peculiares à avaliação dos desdobramentos ocorridos no teatro político do Império do Brasil.